

A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu*

Noting and writing: on João Capistrano de Abreu's history in chapters

Maria da Glória de Oliveira

Doutoranda em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

mgloriaprof@gmail.com

Rua Carlos Ferreira, 155/201

Porto Alegre - RS

91720-040

Resumo

O artigo pretende discutir os impasses entre as operações de pesquisa e escrita que marcaram os escritos de Capistrano de Abreu, com base em seu trabalho de anotação crítica da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, e as relações com a elaboração dos *Capítulos de História Colonial*.

Palavras-chave

Escrita da História; Historiografia brasileira; João Capistrano de Abreu.

Abstract

This article aims at discussing on the deadlocks between research and writing procedures that characterized Capistrano de Abreu's writings, based on the analysis of his critical notes on Francisco Adolfo de Varnhagen's *História Geral do Brasil* and its relation with the composition of *Capítulos de História Colonial*.

Keyword

History writing; Brazilian historiography; João Capistrano de Abreu.

86

Enviado em: 23/10/2008

Autor convidado

* Este artigo teve origem em minha dissertação de mestrado, *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2006, sob orientação do prof. Temístocles Cezar.

"Acabo de pingar o último ponto do meu esboço. Custou! Deu trezentas páginas o período anterior a D. João VI. Se me perguntares se estou satisfeito com o que fiz, dir-te-ei francamente: não! Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias. Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte, e fui punido".
Capistrano de Abreu, 1907.

87

Ao saudar a publicação do primeiro volume da terceira edição da *História Geral do Brasil*, revista e anotada por Capistrano de Abreu, José Carlos Rodrigues avaliava que o Visconde de Porto Seguro "não pudera ter achado um colaborador, ou se quiserem um continuador mais circunspecto, mais reverencioso, mais capaz" (apud RODRIGUES, 1963, p. ix). Naquela mesma data, em janeiro de 1907, o próprio Capistrano anunciava, em carta ao amigo cearense Guilherme Studart, a conclusão do que chamava de seu "esboço histórico e geográfico do Brasil", obra que levaria o título de *Capítulos de História Colonial*. Era considerado, então, o mais importante historiador brasileiro, o que alimentava expectativas quanto à escrita de uma história do Brasil de largas proporções. Apresentava, em contrapartida, um trabalho de síntese interpretativa, consagrado ao período colonial, que atentava para problemas históricos até então pouco estudados como o povoamento e a ocupação do território interior.¹

Desde meados da década de 1880, quando Capistrano se referia ao seu projeto historiográfico, era freqüente a idéia de uma obra de modestas proporções, mas que, acima de tudo, fosse capaz de elucidar os inúmeros pontos obscuros que podiam ser detectados na história brasileira.

Quando comecei os meus estudos de história pátria, chamou-me especial atenção o século XVI. Ainda hoje gosto muito dele; mas agora o que mais me seduz é o século XVII, principalmente depois da guerra holandesa. Vejo nele tantas questões e, sobretudo tanta obscuridade! Na obra de Varnhagen, tirado o que diz respeito às guerras espanholas e holandesas, quase nada há para representar este século. Preencher estas lacunas é, portanto, meu interesse principal. (RODRIGUES, 1977a, pp. 112-113).

Entre os seus pares persistiria, durante décadas, a indagação acerca dos motivos pelos quais o "herdeiro" de Varnhagen não elaborou uma história do

¹ A formação dos caminhos do povoamento do interior do Brasil foi tema de pesquisa recorrente e uma das contribuições mais originais de Capistrano. A esse respeito, cf. PEREIRA, 2002, pp. 73-123.

Brasil em escala monumental e digna de seus dotes eruditos.² Muitos amigos, entre eles José Veríssimo, Mário de Alencar e Paulo Prado, formularam insistentemente a questão em diferentes momentos, ora lamentando, ora conjecturando as razões para tal lacuna. Sílvio Romero, por exemplo, apoiar-se-ia nesse argumento para desferir o seu ataque ao historiador em 1914: “Hoje, depois de tantos anos, e não se havendo realizado as esperanças que toda gente depositava no Sr. Capistrano, de quem se aguardava uma vasta e completa História do Brasil, vejo que fui vítima, até certo ponto, de uma ilusão” (apud CÂMARA, 1969, p. 166). Mário de Alencar, um de seus correspondentes mais próximos, ao comentar a publicação dos *Capítulos*, indagava-se por que Capistrano não escrevera uma história do Brasil completa, e esboçava uma explicação:

Excesso de honestidade, é que era: escrúpulo de consciência exigente demais. Havia sempre um ponto obscuro a esclarecer, um documento a consultar, a necessidade de um manuscrito que pertencia a uma biblioteca da Europa; e, entretanto ele ia derramando o saber em monografias, em artigos de jornais e revistas, e nos intervalos, alongados o mais possível, continuava o estudo. (Apud CÂMARA, 1969, pp. 165-166).

Evidentemente não se trata aqui de reeditar a interrogação, nem tampouco de minimizar a sua pertinência no contexto historiográfico brasileiro dos anos iniciais do século XX, mas de considerá-la tendo em vista os caminhos da operação historiográfica de Capistrano que os “grandes traços e largas malhas” de seus escritos sugerem. E uma hipótese possível seria a de que a sua escrita em *capítulos* corresponderia a um modo de fazer história que, pautado pelos procedimentos da crítica documental, tornariam mais explícita a intencionalidade do historiador em produzir um relato verdadeiro sobre o passado, como também demarcariam os limites e a incompletude dessa intenção. Na base de tal formulação estaria o conceito de *representância* proposto por Paul Ricoeur como variação do termo “representação” e com o qual ele define “a capacidade do discurso histórico de representar o passado” (RICOEUR, 2007, p. 250). Com esta noção, acentua-se o caráter inconcluso e, sobretudo “a pretensão intencional que faz da história a herdeira erudita da memória e de sua aporia fundadora” (RICOEUR, 2007, p. 248). Por outro lado, a escrita deixa de ser entendida como ponto de chegada “natural” da investigação histórica, ou simples exposição de seus resultados, para se converter em momento privilegiado da operação historiográfica que traz à tona a ambição referencial que marca todo o trabalho do historiador (RICOEUR, 2007, p. 248).

² Em 1937, quando esboçou um panorama do trabalho histórico no Brasil, Henri Hauser fez a seguinte avaliação da contribuição de Capistrano: “Este historiador, muito pouco conhecido na França, tem contra si o fato de não ter o seu nome ligado a uma grande obra, de aparecer como um ensaísta. Mas se para ser historiador é necessário saber estudar os textos, ter um espírito crítico sempre vigilante, distinguir as épocas e informar o leitor o sentido agudo destas diferenças, enfim, escrever com uma sobriedade elegante e fazer reviver o passado, nós diremos que este erudito foi um grande historiador” (HAUSER, 1937, pp. 89-90).

Ora, uma imagem usada por Capistrano no final da vida sugere os fundamentos precários para a arquitetura de uma história completa, segundo ele, obliterada pela insuficiência das fontes: "A história do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo a grampiola" (RODRIGUES, 1977b, p. 161). Daí a premência de investigar, cotejar criticamente testemunhos e estabelecer as fontes fidedignas dessa história, mais do que escrevê-la. A elaboração das notas à obra de Varnhagen iria de encontro a este propósito e, longe de representar um mero exercício de erudição do historiador, impor-se-ia como uma pré-condição incontornável para a escrita de sua projetada história do Brasil.

Conversações ao pé de página

E procuramos, tanto quanto nos foi possível, ser concisos, na persuasão de que não era uma história mais minuciosa a que hoje podia ser mais útil, ainda quando fora possível escrevê-la, com certa harmonia, digamos assim, em todas as suas proporções arquitetônicas, o que alias não seria fácil, quando algumas destas estão ainda pouco examinadas, e tal exame tem de ser feito pouco a pouco, já pelos futuros editores de documentos inéditos, já por novos historiadores parciais, que não tardarão a aparecer. (VARNHAGEN, 1927, p. xx)

89

Três anos após a sua migração para a Corte, em 1878, Capistrano de Abreu, então com 25 anos, incumbir-se-ia da escrita do *Necrológio* do Visconde de Porto Seguro, dando início a um diálogo crítico e tenso que, ao longo da vida, manteria com a sua obra.³ Definia a *História Geral do Brasil* como "um dos livros mais ariscos e mais fugidios" que, mesmo submetido ao escrutínio de inúmeras leituras, parecia possuir "um quê, que escapa, que resiste, que não se acha quando se procura, mas que é preciso procurar para achar" (ABREU, 1975, p. 139).⁴ Era indubitável, porém, que a obra de Varnhagen representava "um grande progresso na maneira de conceber a história pátria" (ABREU, 1975, p.89).⁵ Como Alexandre Herculano o fizera pela história portuguesa, Varnhagen assumira a tarefa de fazer "quase tudo" pela história brasileira. Não apresentara obra melhor e definitiva, argumentava Capistrano, pela incapacidade "de ter uma intuição de conjunto, imprimir-lhe o selo da intenção e mostrar a convergência das partes" (ABREU, 1975, p. 140). No entanto, como investigador incansável, tornara tangíveis, pela primeira vez, as marcas do passado nacional, apresentando uma "massa ciclópica de materiais acumulados" (ABREU, 1975,

³ O *Necrológio*, além de publicado no *Jornal do Comércio*, em 16 e 20 de dezembro de 1878, foi reproduzido em *Apenso à 4ª edição da História Geral do Brasil*, de Varnhagen, tomo 1º.

⁴ O primeiro volume da *História Geral do Brasil* fora publicado em Madrid em 1854. A segunda edição, datada de 1877, seria publicada em Viena, um ano antes da morte do Visconde de Porto Seguro. Cf. CEZAR, 2002, pp. 539-566.

⁵ Para José Honório Rodrigues, tanto o *Necrológio* quanto o ensaio de 1882, ambos de Capistrano, marcariam a reabilitação de Varnhagen, até então pouco reconhecido pelos letrados brasileiros do Oitocentos, sobretudo dentro do IHGB, cf. (RODRIGUES, 1953, pp. 120-121).

p. 87) e, por esta singularidade, deveria ser reverenciado por suas contribuições à historiografia nacional.

Em 1882, no artigo *Sobre o Visconde de Porto Seguro*,⁶ Capistrano voltaria a destacar as suas importantes descobertas, sobretudo aquelas relativas às fontes documentais para o estudo do primeiro século de nossa história em detrimento dos períodos seguintes. A despeito das suas deficiências no estudo dos tempos coloniais, um mérito lhe era devido: não existia, naquele momento, obra alguma que pudesse ser equiparada à *História Geral*. Para Capistrano, confirmavam-se os prognósticos do maranhense João Francisco Lisboa de que uma história do Brasil, depois de Varnhagen, não seria escrita tão cedo: “as palavras de Timon vão se verificando; o trabalho é muito grande, as dificuldades não são pequenas...” (ABREU, 1975, p. 136). Pois, para se escrever uma história do Brasil melhor do que a do Visconde de Porto Seguro, concluía, seriam necessários o adiantamento e a acumulação dos estudos históricos, como se cada monografia servisse de “pedra para o monumento”. Somente quando muitos desses trabalhos estivessem terminados e reunidos, Varnhagen desceria de seu pedestal. Até lá, restava reconhecê-lo como predecessor legítimo da historiografia brasileira. Com efeito, ao atribuir-lhe um tal lugar, tratava-se de mantê-lo à parte, como um historiador a ser evocado, mas também criticamente examinado. Por sua vez, a condição de marco fundador, atribuída à sua *História Geral*, a convertia em cânone historiográfico e também objeto de possíveis acréscimos e necessárias retificações.

No início do ano de 1900, encarregado pela Livraria Laemmert da terceira edição revista da obra, Capistrano anunciaria a Guilherme Studart: “Já comecei a impressão e espero dar o primeiro volume até maio: ao todo hão de ser três” (RODRIGUES, 1977a, p. 149). Solicitava ao amigo que remetesse documentos que o auxiliassem na revisão.⁷ Naquele momento, finalizava a publicação crítica e a atribuição de autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* e redigia uma memória para o livro comemorativo do 4º centenário do Descobrimento.⁸ Na nova tarefa, combinavam-se o desafio e a oportunidade para a materialização de seu acalentado projeto de escrita da história do Brasil. “Pretendo acompanhar cada volume do Varnhagen de uma introdução de cem páginas, fazendo a síntese do período correspondente. Se levar isto a cabo, fica pronto o livro a que reduzi minhas ambições da História do Brasil, um volume de formato de um romance francês” (RODRIGUES, 1977a, p. 162).

Contudo, diferentemente do que planejaram Capistrano e os seus editores, o trabalho de revisão do primeiro tomo da *História Geral* prolongar-se-ia até o final de 1906, marcado por constantes adiamentos. No decurso desse período,

⁶ Publicado nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 1882 na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro e reproduzido como *Apenso à História Geral do Brasil*, de Varnhagen, tomo III, 3ª edição.

⁷ O Barão de Studart (1856-1938) foi autor de bibliografias, livros de referência e catálogos de fontes e, segundo consta em RODRIGUES, 1978, pp. 97-98, possuía uma coleção particular que compreendia 1.333 documentos.

⁸ Sobre o trabalho de Capistrano na atribuição de autoria dos *Diálogos das grandezas do Brasil* a Ambrósio Fernandes Brandão, cf. RODRIGUES, 1978, pp. 361-362.

os impasses do processo seriam relatados pelo próprio historiador em cartas datadas de 1902, 1903 e 1904, respectivamente:

O primeiro dos três volumes devia ter saído à luz, mesmo o segundo e até o terceiro. Do atraso a culpa, em parte, mas só em parte, foi minha; agora, porém, o editor quer pressa, e creio que antes do fim do ano a parte que alcança até a conquista do Maranhão aos franceses será publicada. (RODRIGUES, 1977a, p. 153)

Dou-lhe a agradável notícia que espero pôr para fora até o fim do ano o 1º volume de Varnhagen. Tem-me dado um trabalhão; ele é muito mais descuidado e inexato do que pensava a princípio: basta ver a cambulhada que fez de Francisco Caldeira e Alexandre de Moura. Toda a expedição do Maranhão precisa ser escrita de novo [...] (RODRIGUES, 1977a, p. 162).

Estou às voltas com a edição de Varnhagen e espero publicar até o fim do ano [1904] o primeiro volume, que chegará até a conquista do Maranhão. Tem me dado muito mais trabalho do que pensava: o autor é de um descuido que se parece bastante com relaxamento. Pensava eu a princípio que os documentos examinados por ele não precisassem de novo exame, e que eu só tivesse que aproveitar novas monografias ou o material que ele não conhecia. Triste ilusão! (RODRIGUES, 1977c, p. 360).

91 A anunciada publicação do primeiro volume em 1904 tampouco se consumaria. A demora na consecução do trabalho justificava-se, em grande medida, pelo árduo e minucioso procedimento de corroboração das fontes, a “massa ciclópica de materiais” sobre as quais o Visconde de Porto Seguro erigira a sua *História Geral*. Para tanto, Capistrano continuaria a recorrer à solicitude dos amigos para o acesso à documentação dos arquivos portugueses com a qual esperava não apenas apurar as informações fornecidas por seu predecessor, mas também lhe acrescentar “fatos novos”. Tal propósito o faria insistir veementemente na obtenção da “justificação de Mem de Sá”, existente na Torre do Tombo. E, nesse caso, a correspondência do historiador oferece pistas importantes que apontam para a centralidade imperiosa da fonte documental no percurso da sua operação historiográfica.

Em maio de 1901, Capistrano requereria ao compadre Francisco Ramos Paz que lhe remetesse de Lisboa cópia do documento não referenciado na *História Geral* e ainda pouco conhecido no Brasil: “Nas anotações ao Varnhagen já estou me aproximando deste período e desejaria aproveitar-me dele, que deve conter muita novidade”.⁹ Ele voltaria a reiterar a premência da solicitação em outubro de 1902: “Vai este bilhete só para avisá-lo de que até agora não me chegou às mãos a encantada justificação de Mem de Sá. [...] Tem-me feito falta enorme; demorei a anotação de Varnhagen por causa dela” (RODRIGUES, 1977a, p. 14). Em agosto de 1904, prestes a recebê-la, reafirma a expectativa

⁹ “Disse Eduardo Prado que num trabalho de Sousa Viterbo sobre trabalhos marítimos dos portugueses, que ainda não vi e provavelmente não existe aqui, dá-se notícia de uma justificação dos serviços de Mem de Sá, existente na Torre do Tombo. Peço-lhe o obséquio de me mandar extrair cópia deste documento, já em forma de poder imprimir, e enviar-me com a maior brevidade”. (RODRIGUES, 1977a, p. 13).

das informações inéditas que a fonte poderia revelar: “Pode imaginar a impaciência com que espero a justificação de Mem de Sá: quanta novidade não há de conter! Apenas chegue, tratarei de imprimi-la nos *Anais da Biblioteca* [...]” (RODRIGUES, 1977a, p. 15). Por fim, em posse da documentação, julgava possível adicionar dados e preencher as lacunas dos capítulos relativos ao governador-geral:

[...] recebi a última parte da justificação de Mem de Sá e conheço já a maior parte do conteúdo. Contém grandes novidades sobre a primeira e terceira expedições do Rio de Janeiro, e agora ficam explicadas certas alusões de uma carta do Governador e de Nóbrega. Dá diversas particularidades sobre a viagem, até agora mal conhecidas, de Lisboa para a Bahia. Finalmente fixa certas datas e revela certos fatos de todo ignorados. Em suma, é documento muito importante, que completa outros. (RODRIGUES, 1977a, p. 19).

A justificação de Mem de Sá seria utilizada amplamente por Capistrano na elaboração das notas de rodapé e, sobretudo dos numerosos e extensos apêndices ao primeiro tomo da *História Geral*.¹⁰ Os documentos relativos à administração do governador-geral, citado como *Instrumento dos serviços*, serviriam para adicionar pormenores factuais à narrativa varnhageniana. Exemplo desse tipo de anotação encontra-se já no início da seção XVIII, subscrita a uma assertiva lacônica de Varnhagen acerca da nomeação de Mem de Sá. Diz o Visconde de Porto Seguro, no corpo do texto: “Foi nomeado em 23 de julho de 1556, por três anos, com os mesmos vencimentos e poderes que o seu predecessor” (VARNHAGEN, 1927, p. 378). Em nota de pé página introduzida ao final desta afirmação, Capistrano acrescenta-lhe dados mais precisos sobre a partida do governador para o Brasil, ao mesmo tempo em que se vale do testemunho de um “companheiro de viagem”, também transcrito do *Instrumento*, para o detalhamento da travessia até a chegada à Bahia.

O uso de uma fonte não referenciada por Varnhagen, representava um ganho significativo no intento de “quebrar” os seus “quadros de ferro”. Afinal, para Capistrano, a crítica e a corroboração documental constituíam o cerne de suas atividades de historiador, o que o levaria a sustentar, já no final da vida, que “no Brasil nós não precisamos de história, precisamos de documentos” (RODRIGUES, 1977b, p. 165).¹¹ Nesse sentido, a revisão da obra do Visconde de Porto Seguro assentava-se não somente nas retificações a serem feitas ao seu relato, mas nas “descobertas” possíveis a lhes serem acrescentadas mediante o absoluto *poder de veto* concedido às fontes.¹²

¹⁰ Nas seções XVIII, XIX e XX, contabiliza-se um total de 64 notas de rodapé e 21 notas explicativas anexas subscritas por Capistrano. Cf. VARNHAGEN, 1927, pp. 377-455.

¹¹ Os procedimentos de crítica documental podiam, muitas vezes, aparecer diretamente explicitados nos textos de Capistrano. A esse respeito, Ricardo Benzaquen de Araújo foi quem apontou para a “forma pouco narrativa”, próxima a uma “peça judiciária”, de elaboração da tese *O Descobrimento do Brasil* (1883), apresentada no concurso para o Colégio D. Pedro II. Cf. (ARAÚJO, 1988, pp. 28-54).

¹² Sobre o “poder de veto das fontes”, cf. (KOSELLECK, 2006, p. 188) e (RÜSEN, 2007, pp. 125-126).

Acabei com a parte de Varnhagen relativa a Mem de Sá. A justificativa serviu-me muito. E com que mágoa vou meter-me agora no período de 1572 a 1602, sem poder consultar os documentos citados por Varnhagen e ainda não publicados. Apenas disponho de três documentos inéditos, mandados ainda pelo Lino de Assunção. (RODRIGUES, 1977a, p. 26).

O trabalho de reedição da *História Geral* pressupunha, portanto, que a própria obra monumental do Visconde de Porto Seguro fosse perscrutada como um documento. Com o reconhecimento de sua condição de incompletude, o texto historiográfico tornava-se suscetível a correções, acréscimos e reinscrições. Na intenção de narrar uma história verdadeira sobre o Brasil, Varnhagen o fizera tanto quanto lhe fora possível. Com efeito, Capistrano não hesitara em atribuir-lhe o epíteto de “desbravador” por ter cumprido um papel inaugural na escrita dessa história (ABREU, 1975, p. 139). Tratava-se, pois, não tanto de contestá-lo, mas de seguir o rastro de suas numerosas fontes, certificar-lhes a procedência, confrontá-las com outros testemunhos, de modo a *retificar*, ou seja, tornar mais exata e menos incompleta a sua narrativa. Com este propósito, Capistrano se lançara à revisão de Varnhagen, uma tarefa que, em suas operações fundamentais, não se diferenciava daquela empreendida na edição da *História do Brasil* (1627) de Frei Vicente do Salvador.¹³ Tal como para a obra do frade baiano, na edição crítica da *História Geral*, as numerosas notas subscritas e anexas ao texto produzem o efeito de uma conversação entre os dois historiadores.¹⁴ Entretanto, esse colóquio não se efetiva sem que nele intervenham outras vozes – as inúmeras citações bibliográficas e documentais – que, por sua vez, acentuam a forma *duplicada* do relato historiográfico, funcionando como “um suporte empírico para as histórias narradas e aos argumentos apresentados” (GRAFTON, 1996, p. 7).

Os planos de Capistrano de preceder cada volume de Varnhagen com a síntese do período correspondente não se efetivaram e as suas anotações à obra ficariam circunscritas ao primeiro tomo (até a seção XXIII). Um incêndio nas oficinas da Companhia Tipográfica do Brasil destruiria quase todos os exemplares dessa impressão parcial em 1907. O trabalho seria concluído por Rodolfo Garcia, autor do prefácio e das notas adicionais à terceira edição integral publicada em 1927, que serviria de modelo para as publicações posteriores.

A história em capítulos

Os *Capítulos de História Colonial* tornaram-se a obra mais conhecida e referenciada de Capistrano, não obstante os méritos de *Caminhos antigos e o*

¹³ A primeira edição crítica e integral da *História do Brasil* de Frei Vicente foi publicada em 1889, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, com prefácio de Capistrano. Analiso esse trabalho em (OLIVEIRA, 2006, pp. 216-239).

¹⁴ Sirvo-me aqui da imagem sugerida por Anthony Grafton: “Somente o uso das notas de pé de página autoriza o historiador a fazer de seus textos, não apenas monólogos, mas conversações nas quais os eruditos que lhe são contemporâneos, bem como os seus predecessores e sucessores, podem tomar parte”. (GRAFTON, 1998, p. 176).

povoamento do Brasil, das monografias sobre o *Descobrimento do Brasil* e das importantes anotações críticas como os da *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*. Nas biobibliografias do historiador, a publicação em 1907, simultaneamente à edição revista da *História Geral* de Varnhagen, marcaria uma espécie de coroamento do trabalho de toda uma existência. (VIANNA, 1999).

O esboço histórico, encomendado a Capistrano pelo Centro Industrial do Brasil dois anos antes, deveria servir de introdução a uma série de publicações destinadas à propaganda do país no exterior. Em sua primeira impressão, apareceria como *Breves traços da História do Brasil*. O título definitivo, circunscrito ao período colonial, surgiria apenas em separata a essa primeira publicação (CARMO, 1942, pp. 55-56). Os *Capítulos* nasceram, portanto, como uma narrativa acerca do passado da nação, com vistas à projeção das suas potencialidades futuras.

José Veríssimo seria o autor do comentário paradigmático que definiria a obra como “a síntese mais completa, mais engenhosa, mais perfeita e mais exata que poderíamos desejar da nossa evolução histórica” (apud RODRIGUES, 1963, p. 27). Entretanto, sobre a sua publicação, persistiria um paradoxo: o texto desprovido do aparato distintivo da moderna operação historiográfica, a saber, as referências bibliográficas e documentais. A explicação usual para essa falta apoiou-se nas condições que delimitaram a sua gênese. A pressa da encomenda, o prazo exíguo para a elaboração e o limite de páginas imposto pelo editor teriam impedido Capistrano de cumprir a obrigação que ele próprio tantas vezes cobrara de seus companheiros de ofício. Esses são os argumentos, por exemplo, de José Honório Rodrigues, que justificaria assim as ausências de citações e notas: “a rapidez com que teve de elaborar em um ano os *Capítulos* e especialmente o limite de 120 páginas imposto pelo editor [...] o impediram de cumprir uma obrigação a que se sentia consciente e moralmente ligado” (1963, pp. 3-4).¹⁵

Recentemente, Ilmar Rohloff de Mattos (2005) questionou a validade dessa hipótese como razão explicativa convincente para o modo de escrita dos *Capítulos*. O tempo curto e as dimensões impostas para a composição do trabalho, de fato, não permitiriam a materialização da história do Brasil tal como fora idealizada pelo historiador. Todavia, em muitos momentos da sua elaboração, Capistrano servir-se-ia de material já previamente redigido, como a série de artigos intitulados “História pátria”, publicados na revista *Kosmos* em 1905.¹⁶ Por conseguinte, não haveria maiores dificuldades para a citação dos documentos e da bibliografia utilizada. A ausência de notas poderia ser justificada, talvez, pelo público de leitores mais amplo a que a obra se destinava. Sem deixar

¹⁵ Não por acaso, José Honório foi o responsável pela 4ª edição da obra, em 1953, em que acrescenta notas ao final do texto, visando registrar alterações ocorridas nas edições anteriores, mas, sobretudo “dar a procedência das citações” de Capistrano.

¹⁶ Daniel Pereira, em sua análise sobre a elaboração dos *Capítulos*, demonstra como neles existem reproduções quase integrais de passagens da introdução escrita por Capistrano para a edição dos *Diálogos das grandezas do Brasil*. (PEREIRA, 2002, pp. 151-157).

de ponderar ainda sobre a notória relutância de Capistrano à prática da escrita, Mattos entende que a forma com que os *Capítulos* foram redigidos representaria muito provavelmente uma opção.

Ora, mesmo que a consideremos condicionada por essa série de circunstâncias, a síntese histórica capistraniana apóia-se em um despojamento mais radical que não se restringe tão somente à omissão das citações. Sobre esse aspecto específico, Paulo Prado, seu discípulo e contemporâneo, notaria que, nos últimos escritos, Capistrano chegara “à perfeição de extrema brevidade e singeleza, contraída numa sintaxe sem artigos, sem verbos auxiliares, despojada de adjetivos redundantes” (apud VIANNA, 1999, p. xli). Com efeito, uma prosa enxuta e quase telegráfica marca inúmeras passagens dos *Capítulos* como, por exemplo, a frase que encerra o terceiro deles, que trata das expedições dos primeiros exploradores: “Pau-brasil, papagaios, escravos, mestiços, condensam a obra das primeiras décadas” (ABREU, 1963, p. 56). Ou ainda a célebre sentença, a um só tempo concisa e eloqüente, com que Capistrano conclui o balanço de três séculos de colonização:

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos. (ABREU, 1963, p. 228).

95

Para além das questões de estilo e dos condicionamentos da sua redação, a qualificação dos *Capítulos* como obra de síntese pressupõe que eles sejam reconhecidos como relato histórico cuja credibilidade prescinde da apresentação de provas por meio de notas de pé de página e apêndices documentais. O que, de imediato, poderia ser tomado como uma transgressão à regra fundamental da prática historiadora moderna, no caso de Capistrano, serviu para demarcar um novo regime de escrita para a história do Brasil. Isso porque, a despeito da ausência do aparato documental, os *Capítulos* não deixariam de ser reverenciados por suas características genuinamente historiográficas, como texto *pleno*, dotado de coerência própria, *saturado* de fatos precisos e marcas de historicidade.¹⁷ Estes traços distintivos da obra histórica remetem, por sua vez, ao problema da construção de sua escrita, quando o historiador transita do trabalho investigativo à elaboração textual. Não por acaso, a relutância declarada de Capistrano a “pegar na pena”, o pouco gosto por escrever, contribuíram para que ele revestisse esse momento da operação historiográfica de uma particular dramaticidade. A obrigação de colocar “o último ponto” em seu esboço histórico, longe de provocar a satisfação da tarefa cumprida, aguçava-lhe a percepção de suas lacunas. Prestes a revisar as provas da primeira impressão da obra,

¹⁷ A noção de “marcas de historicidade” refere-se aos elementos e dispositivos do texto histórico que remetem o leitor para fora desse texto, para uma realidade exterior à própria narração, assinalando, assim, que o relato historiográfico não pretende ser suficiente em si mesmo. (POMIAN, 1999, p. 31 et seq). Sobre a idéia de texto histórico como *texto pleno* e *saturado*, cf. (PROST, 1996, pp. 265-266).

lamentava-se pela não inclusão de certos temas: “E as sesmarias do Rio Grande do Norte? E a memória de João Pereira Caldas sobre a conveniência de reunir Ceará e Piauí? [...]. Vou já agora tratar da continuação e da monografia sobre o comércio. Como vês, trabalho não falta” (RODRIGUES, 1977a, p. 178). O esgotamento do prazo para a entrega do texto condicionou a delimitação cronológica do texto que, projetado originalmente para se estender até os tempos da República, ficaria circunscrito ao período colonial. “Agora tenho de passar ao século XIX. Conheço-o pouco e mal. Creio que não entrará no livro de Vieira Souto, porque não pode esperar, já esperou demais” (RODRIGUES, 1977a, p. 178).

Após o término dos *Capítulos*, Capistrano confessava que sentia “minguada a capacidade para trabalhar”, enquanto que “escrever torna[va]-se cada vez mais difícil e mais penoso” (RODRIGUES, 1977a, p. 178). O dever da escrita e todo o fechamento que o espaço textual impõe à pesquisa histórica apresenta-se como um trabalho penoso para o historiador porque pressupõe uma *inversão* do próprio princípio da prática de investigação – esta movida sempre pela falta e limitações impostas pelos documentos, e aquela pela premência da elaboração de um sentido (CERTEAU, 1975, pp. 120-121). Nas palavras de Antoine Prost, “o pesquisador vai de lacuna em lacuna, sempre insatisfeito e cada vez mais consciente de sua ignorância. Ele não pode fechar um dossiê sem abrir muitos outros. Daí a dificuldade de passar da pesquisa à escritura, e a insatisfação do historiador diante do livro acabado” (PROST, 1996, p. 265).

Durante o ano em que se dedicou intensivamente à elaboração do texto encomendado, além da imposição do prazo a ser cumprido, Capistrano enfrentava o desafio de compor uma narrativa histórica completa, mesmo sendo reconhecidas a precariedade e a insuficiência das fontes para o estudo do passado colonial.

Estou às voltas com o trabalho para o livro do Vieira Souto, ainda não impresso por minha culpa. Já escrevi a guerra holandesa; hoje pretendo liquidar os bandeirantes. Calculo cento e cinqüenta páginas para o período colonial. As lacunas são muitas, mas isto é minha menor preocupação. Levantados os andaimes, saberei melhorar o tujupar. (RODRIGUES, 1977a, p. 176).

O fechamento do texto historiográfico, com as exigências de estrutura e coesão que o discurso impõe à pesquisa, não implica que sejam sonegadas ao leitor, questões a que o historiador não conseguiu responder. Ao contrário, a exposição histórica, se por um lado, deve se apresentar saturada de dados precisos, por outro, exige que essas faltas sejam por ele cuidadosamente demarcadas. Nos *Capítulos*, tornar-se-iam conhecidas as referências diretas de Capistrano às lacunas da documentação: “Faltam documentos para escrever a história das bandeiras...” (ABREU, 1963, p. 123). Da mesma forma, não deixaria de assinalar a necessidade do aprofundamento de temas históricos específicos: “Uma história dos jesuítas é obra urgente; enquanto não a possuímos será presunçoso quem quiser escrever a do Brasil” (ABREU, 1963, p. 123).¹⁸

Ciente das suas deficiências, no mesmo ano em que eram publicados os *Capítulos*, Capistrano anuncia a revisão e uma segunda edição ampliada do texto (RODRIGUES, 1977a, p. 180). O plano não se concretizaria, embora ele voltasse a cogitar do assunto nos anos seguintes. Assim, em 1916, dizia-se “afrontado para entregar os originais do 1º volume de Varnhagen”, esperançoso por terminar as notas e “trabalhar com muito mais afinco na revisão de [seus] meus *Capítulos*, simultaneamente” (RODRIGUES, 1977b, p. 20). Retomava a incumbência da edição anotada da *História Geral* “porque com os documentos mais ou menos conhecidos não se pode fazer obra inteiramente nova, e a de Varnhagen, revista com cuidado, pode atravessar este período de transição. Além disso, o trabalho não estorva, antes fomenta a edição de meus *Capítulos de História Colonial*, em que ultimamente tenho pensado” (RODRIGUES, 1977b, p. 12). Dois anos depois, confessava a João Lúcio Azevedo: “A idéia de nova edição dos *Capítulos* ora me atrai, ora me repele. Precisaria, para que atraísse, encontrar documentos relativos à região entre o S. Francisco e o Parnaíba, aonde acho que está o nó de nossa história” (RODRIGUES, 1977b, p. 82).

97

Do que foi exposto até aqui, destaca-se a articulação entre o empenho diligente de Capistrano na investigação de novas fontes para a escrita da história e o seu trabalho incansável de anotação e edição crítica das obras historiográficas de seus predecessores. Nesse caso, a fórmula cara aos historiadores do século XIX, bem poderia ser acrescida de uma sutil variação: *a história se faz*, mas também *se reescreve, com documentos*. Submetida a essa demarcação epistemológica, a escrita histórica permanece regulada pelas práticas e procedimentos de investigação dos quais resulta e que lhe servem de justificação. As relações, a um só tempo, de diferença e imbricação mútua entre a intenção de verdade e validação do método histórico e as coerções da escrita, tornariam mais visíveis os impasses da construção historiográfica. A par disso, os *Capítulos* de Capistrano, na medida em que despontam como uma tentativa bem sucedida de síntese histórica, também assinalam o inacabamento manifesto das suas pretensões.

A resistência do historiador a “pegar na pena” e os constantes adiamentos na elaboração de sua história do Brasil, também poderiam ser entendidos como manifestação do dilema da moderna disciplina histórica que, não obstante os esforços em se distanciar dos domínios da retórica em favor da argumentação discursiva, não a desobrigavam de enfrentar a questão da *forma* de narração e representação do passado.¹⁹

¹⁸ Em 1916, continuaria a defender a importância do tema: “Eu tenho conseguido, com muito esforço, colocar-me no ponto de vista jesuítico; enquanto um da Companhia não escrever seus fastos brasileiros, minha atitude é a do geógrafo consciencioso que deixa em branco os terrenos desconhecidos...”. (RODRIGUES, 1977b, p. 14).

¹⁹ Jörn Rüsen refere-se a um “processo de anti-retórica” que corresponderia às novas formas discursivas de apresentação do conhecimento histórico, quando este se transforma em ciência. Cf. (RÜSEN, 2007, pp. 16-17). Para os desdobramentos dessa questão no caso da historiografia francesa, cf. (HARTOG, 2003, pp. 127-131).

Como, então, proceder à elaboração desse saber que se ambicionava científico, sancionado pela crítica metódica de documentos e testemunhos?

No contexto historiográfico oitocentista brasileiro, uma das respostas possíveis talvez estivesse na *história em capítulos* de Capistrano. Ela corresponderia, enfim, à instauração de um regime de escrita cujos dispositivos de credibilidade não se encontrariam tão somente na explicitação do aparato documental utilizado pelo historiador, mas na coerência explicativa própria do texto que ele elaborou. Não fora precisamente tal unidade de sentido ou “uma intuição do conjunto” que Capistrano apontara como a deficiência maior da *História Geral* de Varnhagen? Em sua edição original, os *Capítulos de História Colonial* não apresentaram as marcas que configuram o discurso historiográfico moderno – o aspecto textual *folheado* de citações ou a narrativa histórica *duplicada* pelas notas de pé de página (GRAFTON, 1998). A ausência desses traços, contudo, nunca colocaria em xeque o seu valor como obra histórica, nem tampouco subtrairia o mérito e a autoridade do autor.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In **Ensaios e Estudos: crítica e história. 1ª série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, pp. 81-91.

_____. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In **Ensaios e Estudos: crítica e história. 1ª série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, pp. 131-147.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 28-54.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Capistrano de Abreu. Tentativa biobibliográfica**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

CARMO, José Arimatéia Pinto do. **Bibliografia de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Éditions Gallimard, 1975.

CEZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX^e siècle**. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. Paris: EHESS, 2002. 2 vols. Tese de Doutorado.

GRAFTON, Anthony. **Les origines tragiques de l'erudition**. Une histoire de la note en bas de page. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

HARTOG, François. **O século XIX e a história**. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HAUSER, Henri. Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil. **Revue Historique**. Paris, Tomo CLXXXI, janeiro-março, 1937, pp. 89-90.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Capítulos de Capistrano. Texto disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>. Acesso em setembro de 2008.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 216-239.

_____. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/>

PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano**. A História do Brasil "a grandes traços e largas malhas". Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002. Tese de doutorado. <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>. Acesso em setembro de 2008.

POMIAN, Krzysztof. **Sur l'histoire**. Paris: Gallimard, 1999.

PROST, Antoine. **Douze leçons sur l'histoire**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de João Capistrano de Abreu**. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977a. Volume 1.

_____. (org.). **Correspondência de João Capistrano de Abreu**. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977b. Volume 2.

_____. (org.). **Correspondência de João Capistrano de Abreu**. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977c. Volume 3.

_____. Capistrano e a historiografia brasileira. **RIHGB**, vol. 221, 1953, pp. 120-138.

_____. Introdução. In ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5ª ed. Brasília: Editora UnB, 1963, pp. ix-xix.

_____. Explicação. In ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5ª ed. Brasília: Editora UnB, 1963, pp. 3-28.

_____. **Teoria da história do Brasil**. *Introdução metodológica*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora UnB, 2007.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 3ª/4ª ed anotada por João Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1927-1928. 5 volumes.

VIANNA, Hélio. Ensaio biobibliográfico. In ABREU, J. C. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. vii-xxvii.